

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O globo

Class.: 196

Data: 29.09.84

Pg.: \_\_\_\_\_

### Marabuto readmite a mulher de Juruna

BRASILIA — A esposa do Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), Doralice de Carvalho Silveira, que foi admitida e exonerada do cargo de funcionária da Funai durante a administração de Jurandy Fonseca, foi novamente contratada pelo órgão na quarta-feira, através da Portaria 771, assinada pelo novo Presidente, Nelson Marabuto.

Doralice, que durante o mês em que foi funcionária da Funai, em junho, não compareceu ao trabalho, voltará para o mesmo cargo: secretária, com salário superior a Cr\$ 900 mil, de acordo com informações do órgão. Ela foi demitida por Jurandy Fonseca no dia 26 de julho, quando Mário Juruna começou a ser criticado através da imprensa pelo fato de sua mulher trabalhar na Funai.

Na ocasião, Juruna enviou a Jurandy Fonseca uma carta, agradecendo a admissão de sua mulher, mas pedindo para demiti-la, pois pretendia resguardar o "bom nome" da administração do presidente e sua própria independência como líder indígena.

Pouco tempo depois, Juruna — que havia indicado Jurandy para o cargo — rompeu definitivamente com o Presidente da Funai. Com a nomeação de Marabuto, há dez dias, as relações do Deputado com a Funai foram reatadas.

## Ex-Presidente da Funai é acusado de negociata

CAMPO GRANDE, MS — O ex-Presidente da Funai, Jurandy Fonseca, foi acusado ontem de ter favorecido 85 fazendeiros de Mato Grosso do Sul, com contratos de arrendamento de terras dos índios cadiweus. A acusação foi feita pelo Procurador Geral da Funai, Irineu de Oliveira. Irineu disse que entre os beneficiados há grandes pecuaristas e produtores de grãos, como Hélio Martins Coelho, irmão do atual Prefeito de Campo Grande, Lúdio Martins Coelho.

O Procurador garantiu também que os contratos foram impressos fora dos padrões da Funai, já trazendo nas cláusulas o nome de Jurandy Fonseca. Ele afirmou que o Deputado Albiro Coimbra (PDS) foi quem encaminhou toda a documentação e, inclusive, entregou os contratos nas mãos do ex-Presidente da Funai.

— Para tanto — disse o Procurador — o Deputado realizou duas reuniões na Associação dos Dentistas de Campo Grande, com os fazendeiros interessados em permanecer nas terras dos cadiweus, prometendo a cada um deles a renovação do arrendamento, o que contraria frontalmente

o Artigo 62 da Lei 6.001/73, que é do Estatuto do Índio.

### SEM VALOR LEGAL

O Procurador esclareceu também que os 85 contratos representam a ocupação de 300 mil hectares, quase a metade de toda a reserva, que compreende pouco mais de 600 mil hectares.

Irineu de Oliveira informou que a Presidência da Funai não tem qualquer cópia da Portaria n.º 1684/E, autorizando a prorrogação do arrendamento por mais cinco anos.

— Tampouco saiu alguma publicação nesse sentido no Diário Oficial da União, como é de praxe. Os contratos, dessa forma, não têm valor algum, mas estão provocando mal-estar na reserva, onde os índios já acenam com novos conflitos com os brancos, podendo trazer graves consequências caso não ocorra uma ação rápida para neutralizar o movimento.

O cacique da reserva, Cipriano Mendes, garantiu que colocará seus índios de prontidão com as armas disponíveis para expulsar os invasores.